



EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o segundo número do nono volume da Revista Eletrônica e-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

O presente número inicia-se com o artigo **“Execução provisória da pena privativa de liberdade: resultado da harmonização entre a presunção de inocência e a segurança pública”**, onde Rafael Schwez Kurkowski e Antonio Henrique Graciano Suxberger sustentam a constitucionalidade da execução provisória da pena privativa de liberdade na pendência de recurso extraordinário ou especial admitido sem efeito suspensivo, visando harmonizar a tutela da segurança pública e a presunção de inocência, de forma a autorizar a execução provisória da pena assim que definida a culpabilidade nas instâncias ordinárias.

Em seguida, Thiago de Oliveira Vargas e Luiz Magno Pinto Bastos Júnior tratam no artigo **Dever de coerência "pro futuro" e as decisões do Supremo Tribunal Federal: o "habeas corpus 126.292/SP e seus possíveis desdobramentos**, da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em *habeas corpus* que possibilitou a execução imediata da sentença penal condenatória a partir de decisão de segunda instância que confirme a condenação. Tomando-se por base os fundamentos determinantes àquele *decisum*, nomeadamente quanto ao sentido que se atribuiu a *trânsito em julgado*, os autores buscaram vislumbrar possíveis efeitos que a compreensão do Supremo Tribunal Federal poderá gerar em esferas distintas haja vista que a Constituição Federal por vezes faz remissão ao mesmo instituto jurídico.

E-Civitas - Revista Científica dos Cursos de Direito e Relações Internacionais do UNIBH - Belo Horizonte, volume IX, número 2, dezembro de 2016 -
ISSN: 1984-2716. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>
E-mail de contato: ecivitas@unibh.br



No artigo **Globalização, controle social e expansão do poder punitivo**, de João Luiz Moraes Rosa e Gustavo Octaviano Diniz Junqueira, foi estudada a influência do fenômeno da globalização em mecanismos formais e informais de controle social, notadamente na produção legislativa penal, reafirmando a advertência de que toda e qualquer medida de política criminal deve guardar obediência aos direitos e garantias fundamentais.

Daniel Henrique da Cunha Campos e Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo, no artigo **Parcerias Público-Privadas na Administração Penitenciária: uma análise comparativa entre o presídio public e o privado**, trataram do papel Parcerias Público-Privadas (PPP) na Administração Gerencial e analisaram se sua instituição nas Penitenciárias seria, de fato, garantidora de uma melhor efetivação dos direitos sociais, por meio de uma comparação entre o primeiro presídio privado do Brasil, situado em Ribeirão das Neves e o complexo PPP, com a penitenciária pública Presídio Antônio Dutra Ladeira (PRADL).

O artigo **A relativização das imunidades dos agentes estatais diante da prática de crimes internacionais**, de Fernanda Araújo Kallás e Caetano, analisa a possibilidade de relativização das imunidades dos agentes estatais no julgamento dos crimes internacionais, concluindo pela não existência de uma prática estatal reiterada que fundamente a ideia de relativização das imunidades estatais..

No artigo **O ativismo judicial e a tripartição de poderes**, Maria Lucia Miranda de Souza Camargo e Samantha Ribeiro Meyer-Pflug analisam a atuação do Poder



Judiciário ao declarar o direito aplicável a um caso demonstrando a legitimidade do Supremo Tribunal Federal nas decisões em que atua suprindo omissão do Poder Legislativo.

Aline Cordeiro dos Santos Torres e Rosana Pereira Passarelli, no artigo **A eficácia dos direitos sociais fundamentais: uma abordagem da realidade social brasileira**, propõem uma reflexão acerca da promoção dos direitos fundamentais sociais, sua eficácia e a eficiência da atuação estatal na concretização eficiente dos interesses públicos e das promessas contidas na Constituição Federal brasileira.

Por fim, no artigo **A proteção dos Direitos Humanos na regulação dos resíduos sólidos**, Adelita Aparecida Podadera Bechelani Bragato e Luís Renato Vedovato expõem a situação do lixo no Brasil demonstrando que a Lei de resíduos sólidos e a inclusão dos catadores estão colaborando com a promoção dos Direitos Humanos.]

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.

Fernanda Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas

**E-Civitas - Revista Científica dos Cursos de Direito e Relações Internacionais do
UNIBH - Belo Horizonte, volume IX, número 2, dezembro de 2016 -
ISSN: 1984-2716. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>
E-mail de contato: ecivitas@unibh.br**